RESOLUÇÃO SES Nº 2295 DE 21 DE MAIO DE 2021

REGULAMENTA A EXECUÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO EXCEPCIONAL COMO PARTE DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19) PARA CUSTEIO DE UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA - UTI.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições legais, tendo em vista o constante no Processo nº SEI-080001/005907/2021, e

CONSIDERANDO:

- o art. 2º do Decreto nº 46.984, de 20 de março de 2020, o qual estabelece que "as autoridades competentes editarão os atos normativos necessários à regulamentação do estado de calamidade pública de que trata o presente Decreto, nos limites da Lei Complementar nº 101/2000".
- o Decreto nº 42.518, de 17 de junho de 2010, que dispõe sobre as condições e a forma de transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde diretamente aos Fundos Municipais de Saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde:
- a Portaria GM/MS nº 373/2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário.
- a PORTARIA GM/MS Nº 471, DE 17 DE MARÇO DE 2021 que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.
- o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Covid-19);
- o Plano de Resposta de Emergência ao Coronavírus no Estado do Rio de Janeiro:
- a Deliberação CIB-RJ nº 6.159, de 27 de abril de 2020, que estabelece que os leitos de internação do Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro serão regulados pela Central Estadual de Regulação SISTEMA SER, em razão da situação de emergência de saúde pública pelo novo Coronavírus;
- a Deliberação CIB-RJ nº 6.363 de 01 de abril de 2021, que pactua o financiamento estadual excepcional como parte das ações de enfrentamento ao coronavírus Sars-CoV-2 (COVID-19) para custeio de unidades de terapia intensiva - UTI e Suporte Ventilatório Pulmonar;
- o Acórdão no Agravo de Instrumento nº 0031157-88.2020.8.19.0000, que deu provimento ao recurso, interposto pelo Estado do Rio de Janeiro, para cassar a decisão que declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade da Deliberação CIB/RJ n.º 6.159/2020; e
- os documentos registrados no processo nº SEI-080001/005907/2021.

RESOLVE:

Art. 1° - Fica instituído o apoio financeiro excepcional, como parte das ações de enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus, por 30 (trinta) dias, no valor de R\$ 52.503.420,00 (cinquenta e dois milhões,

- quinhentos e três mil, quatrocentos e vinte reais), para Municípios que ainda não tiveram leitos autorizados e financiados pela Portaria GM/MS nº 373/2021 e pela Portaria GM/MS nº 471/2021, mas que dispõem leitos ao Sistema Estadual de Regulação, em 08 de março de 2021, conforme planilha de leitos do Plano Estadual de Contingência de Enfretamento da Pandemia da COVID-19, em 11 de março de 2021, pactuada pela Deliberação CIB-RJ nº 6.364 de 22 de março de 2021.
- § 1º Os recursos financeiros de que trata o caput correspondem ao custeio, por 30 (trinta) dias, dos leitos UTI ADULTO/PEDIATRICO SINDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE (SRAG) COVID-19 e LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR, que ainda não foram autorizados pelo Ministério da Saúde, nos termos da Portaria GM/MS nº 373/2021 e da Portaria GM/MS nº 471/2021.
- § 2º Os recursos financeiros de que trata o caput serão disponibilizados aos Municípios em parcela única, conforme disposto no Ane-
- § 3º Os recursos financeiros referem-se ao custeio das internações realizadas na competência abril de 2021.
- § 4º Os leitos previstos na planilha desta Resolução (Anexo II) estão disponibilizados e regulados pela Central Estadual de Regulação, por meio da plataforma SER (Sistema Estadual de Regulação), conforme o Plano de Contingência de enfretamento da pandemia da COVID-19, cuja atualização fora pactuada pela Deliberação CIB-RJ n.º 6.348 de 03 de março de 2021.
- \S 5° A não disponibilização dos leitos na plataforma de regulação acarretará a devolução dos valores discriminados no Anexo II.
- § 6º Todos os casos de SRAG hospitalizados devem ser notificados no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (SI-VEP- Gripe), cujo acesso está disponível em: https://sivepgripe.sau-de.gov.br/sivepgripe/ e as internações no sistema de registro obrigatório de internações e-SUS VE Covid-19.
- Art. 2º Os leitos de COVID-19 existentes, operacionais e não contemplados, no Anexo II desta Resolução, poderão ser cofinanciados nos moldes desta normativa, desde que haja solicitação, formalmente realizada pelo gestor municipal, de inserção dos leitos no Plano de Contingência de enfrentamento da pandemia da COVID-19, com respectiva atualização do plano em Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), pactuada em reunião ordinária.
- **Art. 3º -** A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos aos Municípios será realizada na forma do Decreto Estadual nº 42.518/2010, e entregues em formato digital à Coordenação de Contabilidade do SUS e Prestação de Contas/SES.
- Art. 4º Os leitos cofinanciados por esta Resolução serão complementares aos leitos com autorização vigente pelo Ministério da Saúde e financiados com recursos federais, com vistas à ampliação da oferta à população.
- § 1º O método de cálculo do valor final praticado na planilha desta Resolução (Anexo II) foi baseado na diária do procedimento da Tabela SIGTAP, somada em 30 (trinta) dias de custeio do leito.
- § 2º Caso ocorra publicação de Portaria ministerial de autorização de leitos para UTI II ADULTO/PEDIÁTRICO-SINDROME RESPIRATÓ-RIA AGUDA GRAVE (SRAG)-COVID-19, durante a vigência dessa Resolução, será realizado mecanismo de compensação financeira para as competências seguintes (ajustes de contas em eventuais financiamentos posteriores)

- Art. 5° Os recursos financeiros de que tratam esta Resolução correrão por conta do PT 2961.10.302.0461.4528 - Assistência em Unidade de Tratamento Intensivo, via transferência do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde.
- **Art. 6º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro. 21de maio de 2021

ALEXANDRE O. CHIEPPE Secretário de Estado de Saúde

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO AO APOIO FINANCEIRO EXCEPCIONAL AOS MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DE LEITOS DE UNIDADES DE TERA-PIA INTENSIVA - UTI E LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pelo presente Termo de Adesão, de um lado o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, com endereço na Rua México 128 - 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ nº 42.498.717/0001-55, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Saúde, ALEXANDRE OTAVIO CHIEPPE, e do outro lado a Secretaria Municipal _____, representada pelo(a) Sr(a). ____, CPF nº ______ na condição de beneficiária resolvem, nos termos da Resolução SES Nº/2021, celebrar o presente Termo nas seguintes condições:

- 1 Os recursos financeiros correspondem ao custeio, por 30 (trinta) dias, dos leitos UTI ADULTO/PEDIATRICO SINDROME RESPIRATÓ-RIA AGUDA GRAVE (SRAG) - COVID-19 e LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR, que ainda não foram autorizados pelo Ministério da Saúde, nos termos da Portaria GM/MS nº 373/2021 e da Portaria GM/MS nº 471/2021.
- 2 Os recursos financeiros serão disponibilizados aos Municípios em parcela única.
- 3 Os recursos financeiros referem-se ao custeio das internações realizadas na competência abril de 2021.
- 4 Os leitos previstos na planilha da Resolução SES (Anexo II) estão disponibilizados e regulados pela Central Estadual de Regulação, por meio da plataforma SER (Sistema Estadual de Regulação), conforme o Plano de Contingência de enfretamento da pandemia da COVID-19, cuja atualização fora pactuada pela Deliberação CIB-RJ n.º 6.348 de 03 de março de 2021.
- 5 A não disponibilização dos leitos na plataforma de regulação acarretará a devolução dos valores discriminados no Anexo II da Resolução SES.
- 6 Todos os casos de SRAG hospitalizados devem ser notificados no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe), cujo acesso está disponível em: https://sivepgripe.saude.gov.br/sivepgripe/ e as internações no sistema de registro obrigatório de internações e-SUS VE Covid-19.
- E, por estarem de acordo com o presente termo e condições nele estabelecidas, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, a fim de gerar efeitos jurídicos e legais.

Rio de Ja	neiro - RJ,	de		de 2021.
	SECRETÁRIO	MUNICIPAL I	DE SAÚDE	

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO II

Região de Saúde	MUNICÍPIO	CNES	NOME HOSPITAL	Tipo de Leito	Leitos Não Habilitados e no Plano		Total 30 Dias
Baía de Ilha Grande	Angra Dos Reis	126772	HOSPITAL DE REFERENCIA COVID 19	UTI ADULTO COVID	20	R\$	960.000,00
Baía de Ilha Grande	Angra Dos Reis	2281384	HOSPITAL DE PRAIA BRAVA	UTI ADULTO COVID	5	R\$	240.000,00
Centro-sul Fluminense	Miguel Pereira	2283239	HOSPITAL MUNICIPAL LUIZ GONZAGA	SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR	10	R\$	143.400,00
Centro-sul Fluminense	Miguel Pereira	2283239	HOSPITAL MUNICIPAL LUIZ GONZAGA	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Centro-sul Fluminense	Paraiba Do Sul	2276186	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE	UTI ADULTO COVID	2	R\$	96.000,00
Centro-sul Fluminense	Sapucaia	2274310	PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE SAPUCAIA	UTI ADULTO COVID	5	R\$	240.000,00
Centro-sul Fluminense	Tres Rios	2294923	HOSPITAL DE CLINICAS NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Centro-sul Fluminense	Vassouras	2273748	HUV HOSPITAL UNIVERSITARIO DE VASSOURAS	SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR	10	R\$	143.400,00
Centro-sul Fluminense	Vassouras	2273748	HUV HOSPITAL UNIVERSITARIO DE VASSOURAS	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Médio Paraíba	Valenca	2292912	HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Metropolitana I	Duque De Caxias	105805	HOSPITAL SAO JOSE	UTI ADULTO COVID	100	R\$	4.800.000,00
Metropolitana I	Duque De Caxias	6007317	HOSPITAL MUNICIPAL MOACYR RODRIGUES DO CARMO	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Metropolitana I	Mage	2278456	HOSPITAL MUNICIPAL DE STO ALEIXO DR WALTER MORAES DE ARRUDA	UTI ADULTO COVID	15	R\$	720.000,00
Metropolitana I	Rio De Janeiro	2269341	SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL JESUS	UTI PEDIÁTRICA COVID	9	R\$	432.000,00
Metropolitana I	Rio De Janeiro	2280167	HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTINO FRAGA FILHO	UTI ADULTO COVID	60	R\$	2.880.000,00
Metropolitana I	Rio De Janeiro	2280183	HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR	UTI ADULTO COVID	32	R\$	1.536.000,00
Metropolitana I	Rio De Janeiro	2295407	SMS HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA FARIA AP 52	UTI ADULTO COVID	7	R\$	336.000,00
Metropolitana I	Rio De Janeiro	2295415	HOSPITAL UNIVERSITARIO GAFFREE E GUINLE	UTI ADULTO COVID	7	R\$	336.000,00
Metropolitana I	Rio De Janeiro	2298120	SMS HOSPITAL MUNICIPAL ALBERT SCHWEITZER AP 51	UTI ADULTO COVID	12	R\$	576.000,00
Metropolitana I	Rio De Janeiro	5717256	SMS HOSPITAL MUNICIPAL RONALDO GAZOLLA AP 33	UTI ADULTO COVID	175	R\$	8.400.000,00
Metropolitana I	Rio De Janeiro	6716849	SMS COORD DE EMERGENCIA REGIONAL CER LEBLON AP 21	UTI ADULTO COVID	30	R\$	1.440.000,00
Metropolitana I	Rio De Janeiro	6995462	SMS HOSPITAL MUNICIPAL PEDRO II AP 53	UTI ADULTO COVID	9	R\$	432.000,00
Metropolitana I	Rio De Janeiro	7166494	SMS HOSPITAL MUNICIPAL EVANDRO FREIRE AP 31	UTI ADULTO COVID	39	R\$	1.872.000,00
Metropolitana II	Itaborai	131237	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JUDAS TADEU	UTI ADULTO COVID	17	R\$	816.000,00
Metropolitana II	Marica	2266733	HOSPITAL MUNICIPAL CONDE MODESTO LEAL	UTI ADULTO COVID	15	R\$	720.000,00
Metropolitana II	Marica	9895124	ERNESTO CHE GUEVARA SMSM	SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR	40	R\$	573.600,00
Metropolitana II	Marica	9895124	ERNESTO CHE GUEVARA SMSM	UTI ADULTO COVID	40	R\$	1.920.000,00
Metropolitana II	Niteroi	12513	HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS TORTELLY	UTI ADULTO COVID	13	R\$	624.000,00
Metropolitana II	Niteroi	105317	HOSPITAL MUNICIPAL OCEANICO DE NITEROI	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Metropolitana II	Rio Bonito	2296241	HOSPITAL REGIONAL DARCY VARGAS	SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR	3	R\$	43.020,00
Metropolitana II	Rio Bonito	2296241	HOSPITAL REGIONAL DARCY VARGAS	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Metropolitana II	Sao Goncalo	113115	HOSPITAL DE RETAGUARDA GONCALENSE	UTI ADULTO COVID	17	R\$	816.000,00
Metropolitana II	Sao Goncalo	113891	HOSPITAL FRANCISCANO	UTI ADULTO COVID	17	R\$	816.000,00
Noroeste Fluminense	Bom Jesus Do Itabapoana	2696940	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	UTI ADULTO COVID	40	R\$	1.920.000,00
Noroeste Fluminense	Itaperuna	2278855	HOSPITAL SAO JOSE DO AVAI	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Noroeste Fluminense	Miracema	2285932	HOSPITAL DE MIRACEMA	UTI ADULTO COVID	6	R\$	288.000,00
Norte Fluminense	Campos Dos Goytacazes	2287250	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA DE CAMPOS	UTI ADULTO COVID	29	R\$	1.392.000,00
Norte Fluminense	Campos Dos Goytacazes	2298317	HOSPITAL DOS PLANTADORES DE CANA	UTI ADULTO COVID	12	R\$	576.000,00
Norte Fluminense	Campos Dos Goytacazes	2287285	HOSPITAL DR BEDA	UTI ADULTO COVID	3	R\$	144.000,00
Norte Fluminense	Campos Dos Goytacazes	2287374	UNIDADE PRE HOSPITALAR SAO JOSE	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Norte Fluminense	Campos Dos Goytacazes	2287382	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CAMPOS	UTI ADULTO COVID	4	R\$	192.000,00
Norte Fluminense	Campos Dos Goytacazes	2287447	HOSPITAL ESCOLA ALVARO ALVIM	UTI ADULTO COVID	7	R\$	336.000,00
Norte Fluminense	Campos Dos Goytacazes	2287579	HOSPITAL FERREIRA MACHADO	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Norte Fluminense	Campos Dos Goytacazes	3002187	HOSPITAL GERAL DE GUARUS	UTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00

-DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								
Norte Fluminense	Conceicao De Macabu	2290073	HOSPITAL MUNICIPAL ANA MOREIRA	U	TI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Norte Fluminense	Quissama	2267209	HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA MARIA DE JESUS	ι	JTI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Norte Fluminense	Macae	5412447	HOSPITAL PUBLICO MUNICIPAL DE MACAE HPM	U	TI ADULTO COVID	22	R\$	1.056.000,00
Serrana	Cordeiro	9491619	HOSPITAL DE CORDEIRO	U	TI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Serrana	Nova Friburgo	2272784	HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTA	U	TI ADULTO COVID	50	R\$	2.400.000,00
Serrana	Petropolis	88935	HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA HNSA	U	TI ADULTO COVID	45	R\$	2.160.000,00
Serrana	Petropolis	2275562	HOSPITAL ALCIDES CARNEIRO	U	TI ADULTO COVID	6	R\$	288.000,00
Serrana	Petropolis	2275589	HOSPITAL MUNICIPAL DR NELSON DE SA EARP	U	TI ADULTO COVID	13	R\$	624.000,00
Serrana	Petropolis	3030415	BENEFICENCIA PORTUGUESA DE PETROPOLIS	U	TI ADULTO COVID	10	R\$	480.000,00
Serrana	Petropolis	9762558	H C C CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA E CIRURGICA LTDA	U	TI ADULTO COVID	11	R\$	528.000,00
Serrana	Teresopolis	2292386	HOSPITAL SAO JOSE	U	TI ADULTO COVID	18	R\$	864.000,00
Serrana	Teresopolis	2297795	HOSPITAL DAS CLINICAS DE TERESOPOLIS	U	TI ADULTO COVID	13	R\$	624.000,00
			Total			1.138	R\$	52.503.420,00

ld: 2318452

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ATOS DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SES Nº 2080 DE 18 DE MAIO DE 2021

CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 001/2019 - HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA, CELEBRADO COM A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE INSTITUTO SÓCRATES GUANAES NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO, no exercício de suas atribuições legais, tendo em vista o constante no Processo nº SEI-080001/010356/2021, e

CONSIDERANDO:

- a Seção IV da Lei Estadual nº 6.043, publicada em 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais no âmbito da saúde, que autoriza a SES a realizar contrato de gestão com entidades devidamente qualificadas de acordo com a lei supracitada;
- o Capítulo VI do Decreto Estadual nº 43.261, publicado em 19 de setembro de 2011 que regulamenta a Lei Estadual nº 6043/2011;
- o Contrato de Gestão nº 001/2019 HOSPITAL ESTADUAL AZE-VEDO LIMA, celebrado entre a SES e a Organização Social de Saúde INSTITUTO SÓCRATES GUANAES no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, conforme Processo nº SEI nº E-08/001/822/2019;

RESOLVE:

- Art. 1º Constituir a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão nº 001/2019, celebrado entre a SES e a Organização Social de Saúde INSTITUTO SÓCRATES GUANAES, conforme o art. 47 do Decreto Estadual nº 43.621/2011.
- Art. 2º Compete à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização acompanhar as atividades desenvolvidas objeto do Contrato de Gestão, nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados alcançados, tendo as seguintes atribuições, entre outras:
- I consolidar e disponibilizar as informações a serem direcionadas à organização social e aos dirigentes da SES, subsidiando a tomada de decisões:
- decisões;

 II informar aos dirigentes da SES sobre quaisquer impropriedades
- verificadas, buscando sua correção tempestiva;
 III verificar a coerência e veracidade das informações prestadas pela
- organização social; IV acompanhar e avaliar a adequada utilização dos recursos e bens públicos destinados à organização social;
- V realizar periodicamente a conferência e a checagem do cumprimento das metas por parte da organização social, solicitando todos os
- comprovantes necessários para validação do seu cumprimento; VI receber e analisar os relatórios de execução enviados pela or-
- ganização social; VII receber a prestação de contas, garantindo a sua conferência por-
- menorizada.
- Art. 3º A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de Gestão será composta pelos seguintes membros:

MEMBROS - ASSISTENCIAIS - ID Funcional/Matrícula Fernanda de Carvalho Lopes Santos - 6153267 Rodrigo de Oliveira Crispino - 6153755

MEMBRO - FINANCEIRO - ID Eurojonal/Matrícula

MEMBRO - FINANCEIRO - ID Funcional/Matrícula Susana Rodrigues Perez - 50913417

- Art. 4º A Presidência da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização será exercida pelo PRIMEIRO membro assistencial.
- **Art. 5º -** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 25/03/2021, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução SES nº 2279, de 17 de maio de 2021.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2021

ALEXANDRE O. CHIEPPE Secretário de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO SES Nº2286 DE 18 DE MAIO DE 2021

CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 010/2019 (UPA 24H MARÉ), CELEBRADO COM A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE VIVA RIO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO no exercício de suas atribuições legais, tendo em vista o que costa no Processo nº SEI-080001/010287/2021,

CONSIDERANDO:

- a Seção IV da Lei Estadual nº 6.043, publicada em 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais no âmbito da saúde, que autoriza a SES a realizar contrato de gestão com entidades devidamente qualificadas de acordo com a lei supracitada;
- o Capítulo VI do Decreto Estadual nº 43.261, publicado em 19 de setembro de 2011 que regulamenta a Lei Estadual nº 6043/2011:

- o Contrato de Gestão nº 010/2019 (UPA 24H MARÉ), celebrado entre a SES e a Organização Social de Saúde VIVA RIO no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, conforme o Processo nº E-08/001/2246/2019;

RESOLVE:

- Art. 1º Constituir a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão nº 010/2019, celebrado entre a SES e a Organização Social de Saúde VIVA RIO, conforme o art. 47 Decreto Estadual nº 43.621/2011.
- Art. 2º Compete à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização acompanhar as atividades desenvolvidas objeto do Contrato de Gestão, nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados alcançados, tendo as seguintes atribuições, entre outras:
- I consolidar e disponibilizar as informações a serem direcionadas à organização social e aos dirigentes da SES, subsidiando a tomada de decisões;
- II informar aos dirigentes da SES sobre quaisquer impropriedades verificadas, buscando sua correção tempestiva;
- III verificar a coerência e veracidade das informações prestadas pela organização social;
 IV - acompanhar e avaliar a adequada utilização dos recursos e bens
- públicos destinados à organização social;

 V realizar periodicamente a conferência e a checagem do cumpri-
- mento das metas por parte da organização social, solicitando todos os comprovantes necessários para validação do seu cumprimento;
- VI receber e analisar os relatórios de execução enviados pela organização social;
 VII receber a prestação de contas, garantindo a sua conferência por-
- menorizada.

Art. 3º - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de Gestão será composta pelos seguintes membros:

MEMBROS - ASSISTENCIAIS - ID Funcional/Matrícula Alessandra Leite Marques - 26393344

Hugo Kahtalian - 43393004

Patricia Alexandra Nordi - 6155030

MEMBRO - FINANCEIRO - ID Funcional/Matrícula Ricardo Madeira de Souza - 51095106

- Art. 4º A Presidência da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização será exercida pelo PRIMEIRO membro assistencial.
- Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 07/04/2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2021

ALEXANDRE O. CHIEPPE Secretário de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO SES Nº 2287 DE 18 DE MAIO DE 2021

CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 008/2020 (UPA 24H CAXIAS II), CELEBRADO COM A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE INSTITUTO DIVA ALVES DO BRASIL - IDAB NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO no exercício de suas atribuições legais, tendo em vista o constante no Processo nº SEI-080001/010242/2021, e

CONSIDERANDO:

- a Seção IV da Lei Estadual nº 6.043, publicada em 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais no âmbito da saúde, que autoriza a SES a realizar contrato de gestão com entidades devidamente qualificadas de acordo com a lei supracitada;
- o Capítulo VI do Decreto Estadual nº 43.261, publicado em 19 de setembro de 2011 que regulamenta a Lei Estadual nº 6043/2011;
- o Contrato de Gestão nº 008/2020 (UPA 24H CAXIAS II), celebrado entre a SES e a Organização Social de Saúde INSTITUTO DIVA AL-VES DO BRASIL - IDAB no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, conforme o Processo nº E-08/001/25/2020;

RESOLVE:

- Art. 1º Constituir a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão nº 008/2020, celebrado entre a SES e a Organização Social de Saúde INSTITUTO DIVA ALVES DO BRASIL IDAB, conforme o art. 47 Decreto Estadual nº 43.621/2011.
- Art. 2º Compete à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização acompanhar as atividades desenvolvidas objeto do Contrato de Gestão, nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados alcançados, tendo as seguintes atribuições, entre outras:
- I consolidar e disponibilizar as informações a serem direcionadas à organização social e aos dirigentes da SES, subsidiando a tomada de decisões;
- II informar aos dirigentes da SES sobre quaisquer impropriedades verificadas, buscando sua correção tempestiva;
 III - verificar a coerência e veracidade das informações prestadas pela
- organização social;

 IV acompanhar e avaliar a adequada utilização dos recursos e bens
- públicos destinados à organização social;
- V realizar periodicamente a conferência e a checagem do cumprimento das metas por parte da organização social, solicitando todos os comprovantes necessários para validação do seu cumprimento;

- VI receber e analisar os relatórios de execução enviados pela organização social;
- VII receber a prestação de contas, garantindo a sua conferência pormenorizada.
- Art. 3º A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de Gestão será composta pelos seguintes membros:

MEMBROS - ASSISTENCIAIS - ID Funcional/Matrícula Ana Paula Magalhães - 43622119

Antonio Carlos Umbelino Marques - 31039391

MEMBRO - FINANCEIRO - ID Funcional/Matrícula

Robson Correa dos Santos - 51174456

- **Art. 4º** A Presidência da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização será exercida pelo PRIMEIRO membro assistencial.
- Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 17/05/2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2021

ALEXANDRE O. CHIEPPE Secretário de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO SES Nº2288 DE 18 DE MAIO DE 2021

CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO N° 005/2020 (UPA 24H COPACABANA), CELEBRADO COM A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE VIVA RIO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO no exercício de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-080001/010109/2021,

CONSIDERANDO:

- a Seção IV da Lei Estadual nº 6.043, publicada em 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais no âmbito da saúde, que autoriza a SES a realizar contrato de gestão com entidades devidamente qualificadas de acordo com a lei supracitada;
- o Capítulo VI do Decreto Estadual nº 43.261, publicado em 19 de setembro de 2011 que regulamenta a Lei Estadual nº 6043/2011;
- o Contrato de Gestão nº 005/2020 (UPA 24H COPACABANA), celebrado entre a SES e a Organização Social de Saúde VIVA RIO no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, conforme o Processo nº E-08/001/22/2020;

RESOLVE:

- Art. 1º Constituir a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão nº 005/2020, celebrado entre a SES e a Organização Social de Saúde VIVA RIO, conforme o art. 47 Decreto Estadual nº 43.621/2011.
- Art. 2º Compete à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização acompanhar as atividades desenvolvidas objeto do Contrato de Gestão, nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados alcançados, tendo as seguintes atribuições, entre outras:
- I consolidar e disponibilizar as informações a serem direcionadas à organização social e aos dirigentes da SES, subsidiando a tomada de decisões;
- II informar aos dirigentes da SES sobre quaisquer impropriedades verificadas, buscando sua correção tempestiva;
- III verificar a coerência e veracidade das informações prestadas pela organização social;
- IV acompanhar e avaliar a adequada utilização dos recursos e bens públicos destinados à organização social;
 V - realizar periodicamente a conferência e a checagem do cumpri-
- mento das metas por parte da organização social, solicitando todos os comprovantes necessários para validação do seu cumprimento; VI receber e analisar os relatórios de execução enviados pela or-
- ganização social;

 VII receber a prestação de contas, garantindo a sua conferência pormenorizada.
- Art. 3º A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de Gestão será composta pelos seguintes membros:

MEMBROS - ASSISTENCIAIS - ID Funcional/Matrícula Jorge Hanna Warrak - 50957694

Isabela Teixeira Rossi - 25856537 Ricardo Garcez Doria Amaral - 32293275

MEMBRO - FINANCEIRO - ID Funcional/Matrícula Alessandra da Costa Perazzio - 17522447

Art. 4º - A Presidência da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização será exercida pelo PRIMEIRO membro assistencial.

Art. 5° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 01/02/2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2021

ALEXANDRE O. CHIEPPE Secretário de Estado de Saúde